

Orçamento estoura em Cr\$ 1 trilhão

MARIA LUIZA ABBOTT
e JOAO BORGES

BRASÍLIA — O presidente Collor será informado, na próxima segunda-feira, de um problema que envolve Cr\$ 1 trilhão e a relação do Executivo com o Judiciário. Esse valor é o total do estouro das despesas com pessoal — que passariam de Cr\$ 7,3 trilhões para Cr\$ 8,3 trilhões — no orçamento da União. A dificuldade é que na lista das instituições que participam deste déficit está o Judiciário, que concedeu reajustes de salários e não tem dinheiro para pagar seus funcionários em dezembro.

Pela legislação em vigor, as verbas para pagamento de despesas extras têm que sair da anulação de outros gastos. Estudos preliminares do Ministério

da Economia demonstram que há setores no Governo que não têm recursos para pagamento de pessoal em dezembro, mesmo com a suspensão de outros gastos. Se depender do Ministério, a lei terá de ser cumprida e as despesas com pessoal vão ficar contidas em Cr\$ 7,3 trilhões.

Pela primeira vez a receita do orçamento não foi aumentada artificialmente pela elevação dos preços. Ao contrário, o Congresso superestimou a arrecadação no orçamento de 1991, e o fim da indexação dos impostos e a recessão provocaram uma queda de receita em relação à previsão.

Os tribunais, o governo do Distrito Federal, a Polícia Federal, o Serpro e a Embrapa concederam reajustes salariais apostando no aumento da arrecada-



Marcílio pede levantamento completo

ção. Enviaram ao Departamento do Tesouro Nacional pedidos de verbas que ultrapassam a dotação orçamentária. Pela Constituição, nenhum pagamento pode ser feito sem que esteja previsto

no orçamento e o Departamento de Orçamento da União (DOU) não pode aumentar a previsão sem que haja receita.

Ao tomar conhecimento do tamanho do estouro — quase o dobro dos Cr\$ 600 bilhões gastos com a folha de pessoal em novembro — o ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, determinou um levantamento completo da situação. Já se sabe que somente o Tribunal Superior do Trabalho solicitou Cr\$ 112 bilhões, enquanto a Polícia Federal quer Cr\$ 380 bilhões. Desde ontem, os técnicos do DOU estão trabalhando em regime de urgência para concluir a lista que será entregue a Collor na segunda-feira.

— Vai ser uma confusão — prevê um dos assessores do ministro.

A confusão é econômica, mas também política, porque o Executivo está negando verbas ao Judiciário e ao governador do Distrito Federal, Joaquim Roriz, que pediu Cr\$ 50 bilhões e tem sido um dos grandes aliados de Collor. De acordo com a Constituição, o Governo poderá emitir títulos da dívida para pagamento de pessoal somente no exercício seguinte e em caso de precatória judicial. Isso significa que, nos casos em que o aumento das despesas com pessoal for decorrente de decisão da Justiça — como pagamento da diferenças dos Planos Bresser ou Verão, por exemplo — existe a alternativa de emissão de títulos. Essa decisão, no entanto, esbarra na necessidade de reduzir o déficit público, o instrumento principal do Governo em seu programa de reduzir a inflação.